Rede de privilégios: burocracia portuguesa e as origens da Desigualdade Social brasileira

Network of privileges: Portuguese bureaucracy and the origins of Brazilian Social Inequality

Privilegios de la red: la burocracia portuguesa y los orígenes de la desigualdad social brasileña

Antônio Paulo Pimentel da França
Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduado em História (UniFSJ).

Claudia Nayara Ximenes Abdala
Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduada em História (UniFSJ).

Kaio Julião Veiga
Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduado em História (UniFSJ).

Sávio da Silva Abreu
Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduado em História (UniFSJ).

Drielle da Silva Pereira
Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestra em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Resumo: Este artigo pretende elucidar elementos da burocracia portuguesa que incidem na sociedade colonial brasileira nos séculos XVI e XVII, de modo a deixarem marcas profundas em nossa formação. Ao longo deste estudo buscaremos demonstrar quais aspectos contribuíram para as origens de nosso quadro de desigualdades políticas e sociais que temos no Brasil de hoje. Cientes da necessidade de um aporte teórico, foi feito um balanço de autores e teorias, que refletirão sobre a desigualdade social, os quais perpassam alguns campos das Ciências humanas e Sociais.
Palavras-Chave: Brasil Colonial, Burocracia Portuguesa, Desigualdade Social.

Abstract: This article aims to clarify elements of the Portuguese bureaucracy that affect the Brazilian colonial society in the sixteenth and seventeenth centuries, in order to leave deep marks in our formation. Throughout the study, we will seek to demonstrate which aspects contributed to the origins of the framework of political and social inequalities that we have in Brazil today. Being aware of the need for a theoretical contribution, a search for authors and theories that pass through some fields of human and social sciences was made, which will reflect on social inequality.

Key-words: Colonial Brazil, Portuguese Bureaucracy, Social Inequality.

Resumen: Este artículo se propone elucidar elementos de la burocracia portuguesa que inciden en la sociedad colonial brasileña en los siglos XVI y XVII, dejando de tal modo marcas profundas en nuestra formación. A lo largo de este estudio buscaremos demostrar cuáles aspectos contribuyeron para los orígenes del cuadro de desigualdades políticas y sociales que tenemos en el Brasil de hoy. Conscientes de la necesidad de un aporte teórico, hicimos una búsqueda por autores y teorías, que reflexionarán sobre la desigualdad social, los cuales traspasan algunos campos de las ciencias humanas y sociales.
Palabras-Clave: Brasil Colonial, Burocracia Portuguesa, Desigualdad Social.

Introdução

Este artigo tem a perspectiva de apresentar elementos que constituíram as bases da sociedade colonial brasileira nos séculos XVI e XVII, focalizando na burocracia portuguesa, que influenciou na desigualdade social até nos dias atuais. Investigaremos a discussão historiográfica com a análise conectada e transnacional[1].

Na primeira seção, apresentaremos a formação do Estado Português e sua burocracia, para a compreensão da desenvoltura social relevante nos dias atuais.

Na segunda seção, buscaremos traços marcantes da burocracia portuguesa presentes na sociedade colonial brasileira.

Por fim analisaremos como essas heranças patrimonialistas influenciam ainda hoje o quadro de desigualdades sociais presentes em nossa sociedade atual.

Trabalharemos as circunstâncias que levaram a descoberta do Brasil, levando em conta o avanço na corrida mercantil, e os interesses portugueses em descobrir novas rotas marítimas e estabelecer sua rede de monopólios comerciais, que abasteceriam a Europa. Além de traçar a perspectiva presente na ideia de burocracia portuguesa e os conflitos de interesses presentes.

1 A formação do Estado Português e a origem de sua burocracia

[1] Entre as novas modalidades que têm surgido com vistas à transposição dos tradicionais limites nacionais ou regionais-e que, por assim dizer, alcançam o mundo de nova maneira- têm se afirmado com especial vigor as “história interconectadas”, “história cruzadas” e “histórias transnacionais” (BARROS, 2014).

Entender o processo de formação do Estado Português, requer uma análise do contexto histórico presente na Península Ibérica no século XI. Abria-se uma nova era, marcada por guerras, conflitos políticos e sociais. As guerras de Reconquista visavam a retomada do território Ibérico, que por sua vez era dominado pelos árabes[2].

Segundo Faoro (2001), o intenso conflito entre espanhóis e sarracenos facilitou o estabelecimento de um condado portucalense, que traria uma configuração administrativa diferente das relações senhoriais predominantes. Uma vez agora que o Rei passa a ter domínio de poder sobre a terra que era o principal instrumento de poder. Vale ressaltar que a partir desse episódio cria-se um sentimento de patrimonialismo[3] e unificação do poder e da soberania do Rei.

Esse espírito supracitado se refere ao estilo de administração adotado por grande parte dos monarcas absolutistas Europeus. Que era lidar com a coisa pública sem distinguir do privado, pensando especificamente nesse Estado Português que estava a se formar, lançaremos a ideia de uma possível influência desse modelo nas colônias que Portugal viria a controlar.

Devido os conflitos sociais e políticos que a dinastia de Borgonha estava enfrentando, as derrotas nas guerras, a peste bubônica, o êxodo rural, entre outros, o território portucalense entra em uma guerra civil, envolvendo conflitos de interesses que ocorriam constantemente entre a nobreza e a burguesia. Somente em 14 de agosto de 1385 esses conflitos foram decididos na batalha de Aljubarrota, contra Castela e a favor de D. João I, conhecido como o período da Revolução de Avis, que marca o início do Estado moderno de Portugal.

Para Vainfas (2015), a partir daí inicia-se com D. João I a expansão ultramarina portuguesa. Beneficiando-se de sua posição geográfica, do seu conhecimento cartográfico, dos interesses da Igreja Católica na expansão de fiéis, Portugal lança-se ao Atlântico a frente de qualquer outra nação.

---

[2] A ocupação e invasão Árabe começou em 711 e três anos depois já dominava a maior parte do território da península Ibérica, o domínio só cessaria definitivamente apenas em 1492.

[3] Termo originalmente usado por Marx Weber (1864-1920), dominação em que as esferas pública e privada confundem-se e, muitas vezes, tornam-se quase indistintas.

O Rei cria uma hierarquia social, através de cargos militares, administrativos e privilégios, comprovando dessa forma a tese de Faoro (2001) que “entre rei e os súditos não há intermediários”. Conseguindo assim atender as necessidades dos interesses coletivos “povo” e particulares “nobreza”, criando um conselho administrativo com a função de reger o seu poder e os interesses envolvidos.

Tal lógica administrativa adotada em Portugal irá influir por todo Império Ultramarino, vindo a ser decisivo em nosso processo de formação, seja territorial, político e burocrático, estabelecendo raízes em nossa prática que podem ser percebidas ainda na atualidade. Veremos na próxima seção como, em linhas gerais, a burocracia portuguesa lança-se sobre o Brasil que nascia.

2 Traços da burocracia portuguesa no Brasil – rede de privilégios

Embora, Cabral e suas naus tenham aportado no Brasil em abril de 1500 o efetivo processo de colonização seria levado a cabo somente a partir da década de 1530 com a adoção do sistema de Capitanias Hereditárias e a chegada de Martim Afonso para tomar posse das terras que o rei delegara a ele em São Vicente.

Para o rei, como vimos na seção anterior, era importantíssimo manter uma rede de privilégios, através da doação de terras à nobreza e burguesia crescente, o fez com o sistema de capitanias. Por sua vez, outro aspecto relevante era a fiscalização através de uma pesada burocracia, para que assim fizesse valer a lei do rei nas terras sob sua bandeira. Nesse sentido, apenas em 1549, com a chegada de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, e todo um arcabouço burocrático[4] tentar-se-ia fazer-se aqui uma extensão de Portugal. Contudo, a empreitada foi dificultada devido as enormes distâncias dentro da própria colônia e mais ainda em relação à Metrópole e a falta de pessoal para ocupar os cargos burocráticos, que acabaram por ficar em função das vontades dos donatários e os seus.

[4] Junto a esquadra também ia a equipe de alto funcionários do Estado, que além do governador, era constituída por um capitão-mor, um provedor-mor e ouvidor-mor, com estes vinham muitos colonos (ferreiros, carpinteiros, mecânicos, pedreiros, etc.), gente de guerra e quatrocentos degredados, somando mais de mil homens ao todo (LEITE, 2004).

Segundo Fragoso (2001, p.144), observa-se a adoção no Brasil, assim como em outras bandas do Ultramar, um modelo corporativista de lidar com sociedade e distribuição de poder, caberia ao rei distribuir mercês conforme as funções, direitos e privilégios de cada um dos membros desta sociedade, exercendo a justiça em nome do bem comum ou, mais bem dizendo, em nome do bem de poucos, dentro da lógica de se pensar tal sociedade.

Conforme ia se desenhando, nossa sociedade ganhava figuras centrais para hoje compreendermos as origens de nossas desigualdades. Uma delas é a figura dos donatários, que detiveram desde nossas origens o poder de mando e desmando em muitos aspectos, desde que submissos ao rei. Junto a eles, seus sesmeiros (ou lavradores) constituíam o que se denominavam homens-bons[5], responsáveis pela constituição das câmaras municipais, centro do poder político no Brasil Colonial.

Com a terra, além do poder político, esses fidalgos dos trópicos, controlavam o poder judiciário, seja nas instâncias civis ou criminais, podendo nomear um ouvidor e demais funcionários da justiça (SCHWARTZ, 2011). Assim vemos claramente que a superestrutura herdada de Portugal possibilitou a formação de uma rede de privilégios entre os membros da elite colonial.

Outro aspecto é o caráter excludente do acesso ao poder, de modo que não tinha acesso as esferas políticas a maior parte da população colonial, composta por mestiços, cristãos-novos e ex-escravos – sem contar os milhares de escravos, que estavam em um patamar ainda mais abaixo.

Linhares (et al, 2000, p.61), exemplifica para nós como era marcante a rede de privilégios na formação, consolidação e manutenção de uma elite colonial. Segundo a mesma: “Garcia d’Avila (...) um criado do governador-geral, recebeu duas vacas e, dois anos depois, já possui duzentas cabeças. Ao fim da vida terá um dos maiores latifúndios da América (...) e o título de fidalgo.”

Latifundiários, senhores de Engenho e de terras, mandatários nas esferas políticas e jurídicas. Haveria legislação sobre eles? Abririam os olhos para a enorme parcela populacional excluída das estâncias de poder? Nossa

[5] Segundo Vainfas (2000, p.284), era uma expressão utilizada na América Portuguesa para traduzir uma atitude mental típica do Antigo Regime, que era incapaz de considerar os indivíduos como nascidos iguais e dotados dos mesmos direitos. Ao contrário, eram o sangue, a linhagem, a ocupação e os privilégios que estabeleciam as diferenças.

"classe política" ainda hoje não se vê aberta a todos... Nossa real participação engatinha em uma democracia que muitas das vezes segue sendo subserviente a uma elite estabelecida em tempos coloniais. Segundo Da Matta (1997, p.72) há quem se julga especial e vê-se no direito de dizer: "Você sabe com quem está falando?", de modo a remontar suas origens e suas ligações com a rede de privilégios que se formou no Brasil.

3 O Brasil das desigualdades, uma herança das raízes ibéricas?

Nesta seção, nosso esforço é na tentativa de delimitar, em quais aspectos o regime de colonial português, e sua burocracia influenciou nos processos estratificação[6]. Dando a determinados grupos privilégios, frente a outros, nos segmentos de participação política, econômica e acesso a bens e serviços.

Como um fenômeno geral, a desigualdade tem sido abordada em diferentes perspectivas nas áreas cientificas[7]. Podemos elencar alguns teóricos deste conceito na sociologia, Karl Marx[8] (1818-1883), seus estudos giraram no entorno a aspectos econômicos e sua influência, na divisão da sociedade em classes, e sua consequente luta. Outro teórico, é Marx Weber[9] (1864–1920), que buscou entender as posições de classe para além de seu caráter econômico, associando-o aos aspectos simbólicos, como por exemplo a religião.

Na filosofia Rousseau[10] (1712-1778), procurou em sua obra *"Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens"*, publicado em 1755, aborda as bases sobre as quais se firma o processo gerador das desigualdades sociais e morais entre os seres humanos.

[6] Conceito sociológico, que será explanado ao longo desta seção.
[7] Nos legitimamos perante ao leitor, pois embora este estudo seja em sua predominância de cunho histórico, nossa metodologia, abarcara outras áreas das ciências humanas e sociais. Fazendo assim uso de conceitos e autores destes campos.
[8] Junto com Frederick Engels (1820-1895), teorizaram o materialismo histórico, corrente teórica enfoca nos estudos da sociedade por meio da relação entre a acumulação material e o desenvolvimento da história da humanidade.
[9] Sua obra mais conhecida é *"A ética protestante e o Espirito do Capitalismo"*, publicado em 1904.
[10] Filosofo iluminista, e defensor ardoroso dos princípios de igualdade.

Embora exista variados tipos de desigualdade como as de gênero, raciais, regional ou territorial, nossa abordagem perpassa a econômica e social. Assim, dada a amplitude do conceito, e as variadas interpretações, convergimos em uma mesma perspectiva que Bobbio (1998, p.443), ao refletir sobre tal temática:

> O conceito de estratificação, tal como é usado atualmente na sociologia, é em grande parte sinônimo do conceito de desigualdade social: indica que os homens estão colocados em posições diferentes no que respeita ao acesso aos bens sociais a que todos, em geral, aspiram, mas cuja disponibilidade é escassa.

Em nosso seio intelectual os precursores, em compreender, a historicidade, as dinâmicas e singularidades sociais brasileiras irão creditar, na colonização portuguesa a origem do processo de desnivelamento social. Tendo por argumento a doação de terras por parte da coroa a donatários, como forma administrativa e de povoamento do “novo mundo”. Bem como o espirito exploratório português, o regime Monárquico e a distribuição de títulos nobiliárquicos. Que foram capazes de formar uma cultura política, o patrimonialismo. Aspecto, presente nas obras ensaísticas, do sec. XX, como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, e em futuras análises de Raymundo Faoro.

Em Interpretações contemporâneas, como as de Florestam Fernandes e Jessé Souza (entre outros), terão como fator preponderante o legado da escravidão, mais precisamente na abolição da escravatura (1888) e implantação da primeira república (1889-1930). Estes momentos decisivos de nossa história aos quais não foram capazes de inserir, os ex-escravos, nas novas relações de produção, nem de romper com questões étnicas e raciais, muito menos lhes conceder a cidadania. Prova disto são as políticas de branqueamento usadas nos finais do sec. XIX e início do XX, formadora de classes baseadas nas raças (MOTTA, 2013). Condições estas geradoras da marginalização, precarização e instabilidade social.

Há de se ressaltar que tais apreciações não são antagônicas, seja ela da primeira e segunda geração, muito embora as recentes análises tendem a ser críticas aos pioneiros. Ambas apresentaram elementos históricos que, são

traços de heranças coloniais: escravidão e o latifúndio. Os quais nos são até a atualidade um entrave para a concretude das premissas de igualdade, e equidade, de nosso estado de direito.

> A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, monocultora, fechada à ação da lei, e herdou um estado comprometido com o poder privado...” (CARVALHO, 2008, p.45)

Esse legado foi responsável por dar poder, riqueza e legitimação a um determinado grupo. Esses elementos são centrais em toda e qualquer sociedade, pois com estes instrumentos, serão ditas as regras do jogo: quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído.

O pragmatismo arbitrário da elite que se formou estará ancorado em acordos políticos e jurídicos, econômicos, agindo em prol de seu próprio interesse (SOUZA, 2017). Criando e mantendo as tradições patrimonialistas e autoritárias, que são a continuidade de uma rígida estrutura social, em circuitos fechados que impede, avanços sociais das classes subalternas, para que ocorra a manutenção do próprio sistema. As consequências desses percursos em nossos dias são, a alta concentração de renda, racismo, conflitos de terra, domínio privado a setores públicos entre tantos outros.

Estudos recentes mostram, que caminhamos em prol da redução dos níveis sociais, por meio de políticas públicas. Como transferência de renda por parte do governo e a constitucionalização de direitos sociais, porém tais medidas não tiraram dos possuidores e deu aos despossuídos, apenas os incluiu em outros estrados sociais demonstrando certo artificialismo (ARRETCHE, 2015). Assim mais que produtos do passado somos o reflexo do presente. Embora nossa trajetória histórica seja protagonizada por vetores coloniais, a ação da classe dominante no presente, gerenciará a continuidade, dos contrastes sociais e a manutenção de seus privilégios.

Considerações Finais

Diante do exposto, como uma constatação preliminar, observa-se que o processo de colonização portuguesa, deixou profundas marcas em nossa formação e identidade, dentre elas, a desigualdade social.

Nota-se, assim extensos, e difusos elementos, influenciadores no processo de constituição da nação, cabendo destaque a escravidão e o latifúndio, que foram capazes sobretudo de formar uma cultura política, onde a máxima são os “privilégios”.

A título conclusivo, compreendemos que o conceito de cidadania, ainda nos é um tema caro, e o caminho para a superação, é longo e árduo. Assim esta análise, vislumbra atuar como ponto de partida, as perspectivas que se apresentam, aos processos de estratificação de nosso país.

Referências

ARRETCHE, Marta. **Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.** São Paulo, UNESP,2015.

BARROS, José D'Assunção. **Histórias Cruzadas - Considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais.** Anos 90, v. 21, n. 40, 2014.

BOBBIO, Norberto, **Dicionário de Política**,11. ed. Brasília: UNB,1998.

CARVALHO, Jose Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ed. São Paulo, Globo, 2012.

FRAGOSO, João; DE FÁTIMA GOUVÊA, Maria. (org.) **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Organização: César
Augusto dos Santos [et al]. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LINHARES, Maria Yedda et al. (Ed.9). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MATTA, Roberto da. **A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de janeiro: Rocco, 1997.

MOTTA, Daniele. **As particularidades do regime de classe no Brasil segundo Florestan Fernandes**. Gepal, 13 de setembro de 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v8_daniele1_GVIII.pdf.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Jesse. **A Elite do atraso: da escravidão à Lava-jato**. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

VAINFAS, Ronaldo et al. **Dicionário do Brasil colonial, 1500-1808**. Editora Objetiva, 2000.

_____. **História**. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2010.